

ACT CELESC 2014/15

UM ÓTIMO ACORDO COLETIVO É APROVADO

FOTO: INTERCEL



APROVADA EM TODAS AS BASES, PROPOSTA GARANTE CONQUISTA DAS BANDEIRAS DE LUTA DA CATEGORIA E AVANÇA EM TODOS OS BENEFÍCIOS

Um dos melhores Acordos Coletivos de Trabalho da história da Celesc. É assim que os trabalhadores têm visto o ACT 2014/15, aprovado em assembleias por grande maioria dos trabalhadores e assinado nesta terça-feira, dia 30, pelos sindicatos da Intercel.

O sentimento dos trabalhadores é justificado. Este acordo é uma conquista da união da categoria. Desde a assembleia estadual que retirou a pauta de reivindicações até as assembleias que aprovaram o acordo, os trabalhadores demonstraram disposição de luta e definiram os rumos e as expectativas da categoria. De uma forma democrática, os trabalhadores definiram as bandeiras. Mais de 200 celesquianos se reuniram com os sindicatos da Intercel, em Lages e definiram os principais pontos de luta: Ganho real, Piso Salarial dos novos empregados, Vale Alimentação, Concurso Público e

Uma forte paralisação aconteceu durante a terceira rodada. E esse foi o ato que faltava para conquistarmos um grande acordo. Na negociação que seguiu, conquistamos o ganho real, com um percentual de 7,3%. Conquista-

mos ainda o fim do pedágio de 2 anos no Piso dos novos. Esta talvez tenha sido a maior conquista deste ACT. Quebramos uma lógica perversa e demos

condições igualitárias aos novos empregados. O impacto para eletricitistas, técnicos, atendentes comerciais foi imenso e é fruto da conscientização dos companheiros com mais tempo de casa. Isso só demonstra que os trabalhadores se reconhecem como celesquianos e não olham somente para o seu umbigo e lutam pelo bem estar de todos.

Também conquistamos a revisão do Plano de cargos e Salários, fundamental para corrigir o salário de todos na empresa e aumentamos consideravelmente o valor de nosso vale alimentação, inclusive com abonos. Além de todas as demandas da Carta de Lages terem sido atendidas, temos as demais cláusulas sociais que impactam demais na vida do

trabalhador (veja matéria na página 2).

Com todas estas conquistas este foi um ótimo acordo para todos os trabalhadores.

"Os trabalhadores se reconhecem como celesquianos e não olham somente para o seu umbigo e lutam pelo bem estar de todos"



78 CLÁUSULAS DE GRANDES AVANÇOS NESTE ACT

PG. 2

PLR 2014: NOVO MODELO EM NEGOCIAÇÃO

PG. 3

O PACOTE DA QUALIDADE DE VIDA II

PG. 3



78 CLÁUSULAS DE GRANDES AVANÇOS NESTE ACT

CONQUISTAS DO ACT 2014/15 VÃO MUITO ALÉM DO VIÉS ECONÔMICO

Além de garantir as bandeiras de luta indicadas pelos trabalhadores na Carta de Lages, o Acorde Coletivo de Trabalho 2014/15 foi muito além. O impacto dos fatores econômicos sobre a vida do trabalhador por vezes impede uma visão mais ampla do acordo coletivo. Em nenhum momento tivemos redução de benefícios ou

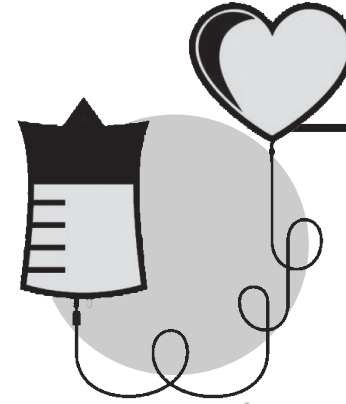
perda de direitos. Em 78 cláusulas tivemos só avanços! O entrave na negociação e a Carta de Lages, por mais importantes que tenham sido para que chegássemos a um bom acordo, também nos impediram de uma análise mais criteriosa do resultado do ACT Afinal, ao elencar as bandeiras

de luta, nos concentramos nelas e acabamos por esquecer do todo. Portanto, neste espaço, faremos um breve apanhado das conquistas sociais que tivemos, das cláusulas que não ganham tanto destaque no discurso, mas que são de suma importância e criam o conjunto de qualidade de vida dos celesquianos.



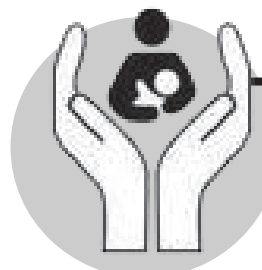
HORÁRIO FLEXÍVEL

As mudanças no horário flexível visam melhorar a qualidade de vida e a mobilidade urbana nas cidades do estado. Com a nova sistemática, o horário flexível fica das 7 horas às 18 horas. As possibilidades respeitam um horário núcleo, onde das 8 horas até as 16 horas todos os trabalhadores estarão na empresa.



DOAÇÃO DE SANGUE

A Celesc abonava 1 dia por ano para o trabalhador doador de sangue. Entretanto, homens podem doar sangue até 4 vezes no ano e mulheres até 3 vezes. A cláusula agora garante ao trabalhador o abono de todos os dias onde ele for realizar a doação de sangue.



ACOMPANHAMENTO MÉDICO

Os trabalhadores que têm que acompanhar filhos maiores de 12 anos em consultas médicas e internações agora também estão garantidos pelo ACT.



LICENÇA PATERNIDADE E LICENÇA MATERNIDADE

Dois grandes conquistas refletem na família dos trabalhadores. No caso da Licença Paternidade, que é de no mínimo 5 dias, segundo a legislação, os trabalhadores da Celesc agora terão 15 dias para acompanhar seus filhos recém-nascidos. No caso da licença Maternidade, foi incluído parágrafo que dá direito ao pai de utilizar o período de licença maternidade (4 meses) em caso de falecimento da mãe.



LICENÇA PRÊMIO

Neste ACT conquistamos o fracionamento da Licença Prêmio em até 3 períodos de 10 dias. Esta divisão permite ao trabalhador maior autonomia em seu descanso



PROGRAMA NUTRICIONAL

A Celesc continuará com o programa de acompanhamento nutricional de trabalhadores com sobrepeso e incentivará a prática de atividades esportivas.

"CAUSOS" DO ACT

ASSASSINO DE CONES FAZ VÍTIMAS NA ARFLO!

Por todo o estado, a adesão de trabalhadores e suas gerências ao movimento foram massivas. A paralisação foi pacífica em todas as Agências do Estado, salvo na ARFLO, onde um forasteiro deu um show à parte, exibindo sua Caminhonete Importada.

Um gerente, lotado na Administração Central, resolveu esbanjar solidariedade ao piquete, adentrando o pátio da ARFLO pela contramão, em alta velocidade, jogando sua SUV modelo 2014, na direção dos trabalhadores. O acesso se encontrava bloqueado por um casal de cones, que sem alternativa para fugir, foi arrastado embaixo do bólido, por cerca de 20 metros.

Moral da história: Em briga entre Sindicato e Gerente, quem mais sofre é o cone!



ARTE: LAUS JUNIOR

GERENTES VOTAM POR GREVE, MAS ESPERAM QUE OS OUTROS FAÇAM...



Nos grandes movimentos ocorridos na Celesc sempre surgem fatos excepcionais, tristes ou engraçados e esse ano não fugiu a regra.

Teve assembleia que até gerentes e supervisores votaram pela greve, para os outros fazerem. Eles "não podem", mas esperam que os outros façam...

Sempre defendemos que todos são trabalhadores e, portanto, responsáveis pela luta. Agora, parasitar a luta dos outros é complicado, ou não é?."

PLR 2014: NOVO MODELO EM FASE INICIAL DE NEGOCIAÇÃO

CNE DEBATEU COM DIRETORIA DA ELETROBRAS NOVA SISTEMÁTICA DA PLR

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) participou da segunda reunião com a Eletrobras para tratar do novo modelo de PLR em discussão com a Holding. A reunião ocorreu em Brasília no dia 25/09/2014.

A empresa apresentou os dados históricos das metas do CMDE e SGD, para que o CNE analise a incorporação desses índices no novo termo de pactuação da PLR. Informou, também, ter tido a autorização do DEST para negociação do termo com essas metas estipuladas.

Os dirigentes sindicais do CNE questionaram que os dados do SGD estavam incompletos, faltando números de algumas empresas, o que comprova a argumentação do CNE, de que o sistema de avaliação não está consolidado, portanto não pode ser utilizado como meta de PLR.

Em relação aos dados do CMDE, devido a sua complexidade, o CNE definiu que serão analisados por uma equipe de três técnicos do DIEESE, para posterior avaliação pelo coletivo.

"Uma análise política e técnica sobre as metas a serem pactuadas no novo termo é essencial para que os trabalhadores tenham garantido uma PLR justa"

Para uma análise mais apurada destes dados, ficou agendada uma reunião da equipe técnica do DIEESE com o grupo da Eletrobras, no dia 02 de outubro, bem como uma nova reunião do CNE com o grupo de técnicos no dia 16 de outubro, e com a Eletrobras no dia seguinte, 17 de outubro.

Na avaliação das entidades que compõem o CNE, esta fase da negociação é de muito estudo, pois o momento econômico das empresas é de dificuldades, que são decorrentes do modelo vigente no setor elétrico, não tendo os trabalhadores responsabilidade nem ação sobre esta realidade das empresas. Portanto, os trabalhadores não podem pagar a conta. Nesse sentido, uma análise política e técnica sobre as metas a serem pactuadas no novo termo é essencial para que os trabalhadores tenham garantido uma PLR justa.

Na avaliação das entidades que compõem o CNE, esta fase da negociação é de muito estudo, pois o momento econômico das empresas é de dificuldades, que são decorrentes do modelo vigente no setor elétrico, não tendo os trabalhadores responsabilidade nem ação sobre esta realidade das empresas. Portanto, os trabalhadores não podem pagar a conta. Nesse sentido, uma análise política e técnica sobre as metas a serem pactuadas no novo termo é essencial para que os trabalhadores tenham garantido uma PLR justa.

PACOTE DA QUALIDADE DE VIDA II

Dando continuidade à série do "Pacote da Qualidade de Vida", proposto pelos sindicatos da Intersul ao diretor da Eletrosul, Paulo Afonso Vieira, esta semana será abordado mais um item do pacote: Criação de um Banco de Horas compensáveis, gerenciadas pelo empregado com a possibilidade de ser positivo ou negativo, com limites e prazo definidos claramente.

Um dos grandes problemas nas medidas anunciadas pela diretoria na nova sistemática de ponto é a tolerância quase zero imposta aos trabalhadores. Num cenário em que a tolerância para saída é de apenas 10 minutos, muitos serão considerados infratores, e segundo comunicado da empresa, passíveis de punição ou advertências. Os trabalhadores, à mercê de sua própria sorte e mecanismos de controle ainda inadequados, estão tentando em vão controlar o seu tempo. Nessas alturas, todos já se deram conta de quão absurdas são as novas regras e de como é praticamente impossível não infringi-las, tendo em vista que os trabalhado-

res ou os mesmos poderão sistematicamente sair após 7:50 h de trabalho, usufruindo a seu favor da tolerância de 10 minutos. Numa tentativa de corrigir estes enormes equívocos da diretoria e aprimorar o banco de horas compensáveis existente, foi proposta pelos sindicatos que compõem a Intersul uma sistemática, amplamente praticada no mercado: a de criação de um banco de horas compensáveis, limitado e com prazo de validade. Ao contrário do banco de compensação de feriados, que só servia para tal, não possuía limite de acúmulo e nem prazo para gozo das horas, o novo banco deve ser pequeno e limitado (40 horas, por exemplo). Também deve ser "zerado" numa periodicidade a ser determinada (anualmente ou semestralmente, por exemplo). Ao final do prazo de validade acordado com a empresa, os trabalhadores que tiverem crédito deverão folgar as horas que possuem, assim como os que possuem débitos poderão então ser descontados em folha. Não será permitido exceder os limites superiores e inferiores do banco. Acreditamos que a implantação de um banco conforme exposto permitiria aos trabalhadores, dentro da pequena margem estabelecida, gerenciarem melhor e com mais qualidade o seu tempo, liberando sua atenção para atividades mais nobres do que a paranoia da gestão dos minutos. Sem impactos aos serviços prestados, com potencial ganho de produtividade e com custo praticamente zero, a empresa só teria a ganhar. Vamos deixar os ranços e métodos arcaicos de gestão de pessoas no lugar deles, no século passado!

"Acreditamos que a implantação de um banco, conforme proposto, permitiria aos trabalhadores, gerenciarem melhor e com mais qualidade o seu tempo"

O primeiro ponto questionado é com relação aos acertos dos relógios: qual relógio os trabalhadores devem utilizar os que possuem débitos poderão então ser descontados em folha. Não será permitido exceder os limites superiores e inferiores do banco. Acreditamos que a implantação de um banco conforme exposto permitiria aos trabalhadores, dentro da pequena margem estabelecida, gerenciarem melhor e com mais qualidade o seu tempo, liberando sua atenção para atividades mais nobres do que a paranoia da gestão dos minutos. Sem impactos aos serviços prestados, com potencial ganho de produtividade e com custo praticamente zero, a empresa só teria a ganhar. Vamos deixar os ranços e métodos arcaicos de gestão de pessoas no lugar deles, no século passado!

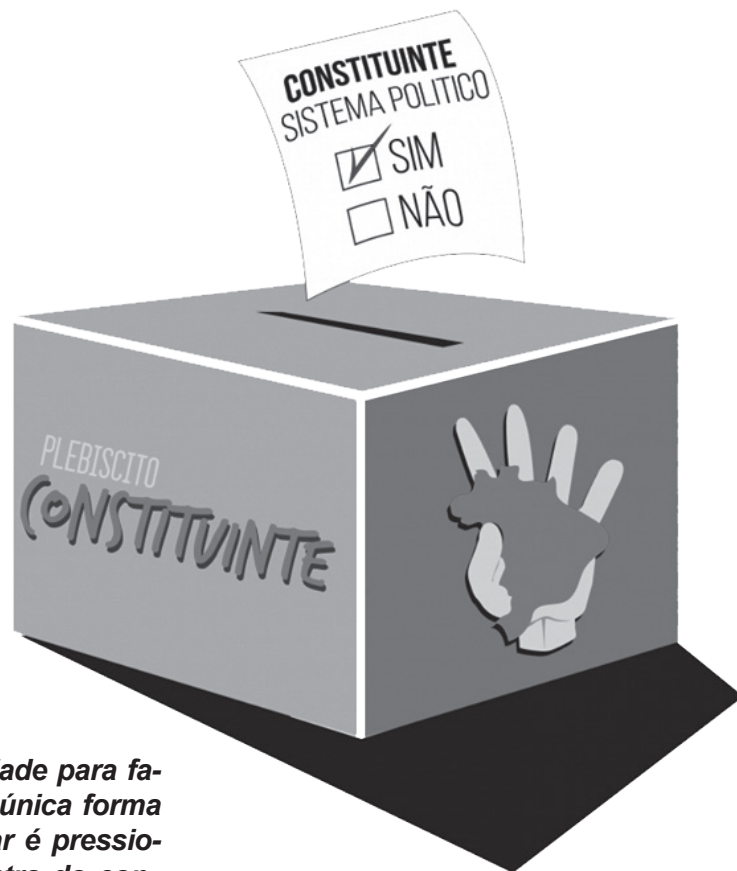
TRABALHADORES DO DPTI USAM CAMISA PRETA DURANTE ACORDO COLETIVO



FOTO: INTERCEL

Durante a 2ª rodada de negociação, trabalhadores do DPTI adotaram a camisa preta como forma de protesto pelas negociações travadas que a diretoria vinha conduzindo. Todos os trabalhadores do setor vieram com a vestimenta durante o acordo e alguns acompanharam as negociações, dando apoio moral e incentivando os sindicalistas a buscar um ACT bom para todos.

COM CERCA DE 8 MILHOES DE VOTOS, SOCIEDADE EXIGE CONSTITUINTE DO SISTEMA POLÍTICO



Foram quase 8 milhões de votos. Para ser mais preciso, 7.754.436 de pessoas votaram no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Quase a população inteira de Portugal.

Destes, 97,05% disseram querer uma reforma do sistema político, ao votarem "Sim" entre a semana do dia 1 ao dia 7 de setembro. O resultado do Plebiscito Constituinte foi divulgado na tarde desta quarta-feira (24), durante uma coletiva de imprensa na cidade de São Paulo.

"Vitória" e "comemoração" foram as principais palavras ditas por João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, e Vagner Freitas, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). "Esse resultado demonstra o acúmulo e o trabalho que foi feito nesses meses, tanto no ponto de vista do trabalho pedagógico, organizativo e de apresentar uma proposta do que queremos à sociedade brasileira", disse João Paulo. Para ele, os quase 8 milhões de votos demonstram que a sociedade quer fazer mudança no sistema político. "Esse resultado é muito mais preciso do que essas pesquisas de eleições do estilo Ibope e Datafolha, porque essa foi feita com quase 8 milhões que colocaram sua posição sobre o assunto", ironizou.

Vagner Freitas avalia que os 8 milhões de-

monstram que há caldo na sociedade para fazer as mudanças necessárias. "A única forma de fazermos nossa proposta andar é pressionarmos organizadamente; por dentro do congresso e por fora, e absolutamente nas ruas, ganhando a consciência popular das pessoas à nossa proposta". Segundo João Paulo, esse resultado é fruto das mobilizações de ruas que aconteceram nos últimos anos no Brasil, "de um processo de manifestação e luta. Quem foi às ruas disse: 'queremos mudanças'; e com essa forma de representatividade não será possível".

Ao todo, foram abertas mais de 40.000 urnas em todo o país, que contou com a participação de mais de 450 organizações sociais, resultando na construção de mais de 2.000 Comitês Populares organizados em todos os estados da federação. Entre os dias 14 e 15 de outubro, as organizações sociais envolvidas no processo realizarão uma Plenária Nacional em Brasília com cerca de 2 mil pessoas, quando entregarão o resultado final aos três poderes nacionais. Para João Paulo, os próximos passos será uma combinação de lutas sociais com campanha política e pedagógica junto à sociedade sobre qual é o melhor modelo de constituinte, para pressionar o Congresso a convocar um plebiscito oficial.

"A única forma de fazermos nossa proposta andar é pressionarmos organizadamente; por dentro do congresso e por fora, e absolutamente nas ruas, ganhando a consciência popular das pessoas à nossa proposta"

A VOZ DO SILÊNCIO

Vagner Freitas lembrou da blindagem de informação realizada pelos principais meios de comunicação convencionais durante toda a campanha. Para ele, o que aconteceu foi um processo de "desinformação, e o povo brasileiro tem o direito de ter a informação para formar sua opinião", disse ao apontar a extrema necessidade de democratizar os meios de comunicação.

Na mesma linha, Ricardo Gebrim, da secretaria operativa nacional do plebiscito, acredita que a campanha conseguiu pautar um tema que "evidentemente nossa classe dominante não quer e não aceita discutir". Para ele, "é sintomático a ausência e ignorância da grande imprensa ao longo da campanha. Ao longo das eleições os principais candidatos à presidência votaram no plebiscito. É evidente que isso é um fato jornalístico em qualquer parte do mundo.

Artistas, personalidades de renomes votaram, no entanto, eles ignoraram completamente". Nesse sentido, Gebrim acredita que esse bloqueio midiático não foi em vão.

"A classe dominante está contente com o sistema político, ela é beneficiária do sistema político"

"Essa ignorância não é casual, ela é um ato deliberado que expressa que não é de interesse da classe dominante. A classe dominante está contente com o sistema político, ela é beneficiária do sistema político". As

organizações envolvidas acreditam que a consulta à população foi o primeiro passo desse processo, garantindo legitimidade à proposta com os quase 8 milhões de votos e as mais de 120 mil pessoas que se envolveram ao longo da semana da pátria. "Eu arrisco dizer que a maioria desses votos, diferente de outros plebiscitos populares, se deu no meio sindical e em locais de trabalho. Portanto, esse talvez seja o plebiscito que teve a maior participação da classe trabalhadora", aponta Gebrim.

Na sua avaliação, essa proposta, diferente de outras questões, não abre aliança com a classe dominante. Nesse sentido, o próximo passo decisivo é ganhar as ruas. Porém, a tarefa não será fácil. "Vamos ter que ir às ruas basicamente com a classe trabalhadora e seus aliados populares, e enfrentar a classe dominante como um todo".

